A primeira escola técnica e a formação da tecnocracia portuguesa: a Aula de Comércio na era pombalina*

*Cláudio de Moura Castro***

O historiador Marcos Carneiro de Mendonça recentemente conseguiu um conjunto de documentos inéditos ou mal conhecidos sobre um fascinante experimento educativo em meados do século XVII. O livro *A Aula de Comércio* reconstrói esse mosaico de informações, mostrando a criação pelo Gabinete Pombal de um curso de contabilidade e administração. Ao que tudo indica, foi em Lisboa onde pela primeira vez se estruturaram os conhecimentos de contabilidade e comércio em um curso formal e escolarizado. O livro mostra também o enorme impacto desta iniciativa no processo de modernização sócio-econômica desencadeado por Pombal. O presente ensaio sumaria a *Aula de Comércio* e tenta pôr em relevo alguns dos seus resultados mais importantes do ponto de vista educativo e sócio-econômico.

Ao inquirir sobre as causas da riqueza das nações, Adam Smith inaugura uma longa seqüência de tentativas de explicar o desenvolvimento — ou sua ausência — pela presença deste ou daquele fator. Nos últimos 20 anos chegou a vez da educação — de resto já antecipada pelo próprio Adam Smith. Na década de 60 presenciamos um *crescendo* de complexidade técnica e fervor nas tentativas de mostrar a educação como principal causadora do progresso e desenvolvimento. Já a década de 70 foi um período de recuos sucessivos, demonstrando-se de maneira cada vez mais convincente como eram falhas ou deficientes as explicações antes apontadas. Ceticismo e cautela sucedem ao entusiasmo juvenil do período anterior. Todavia, fica um saldo positivo em nossa capacidade de entender a dinâmica dos processos sócio-econômicos. Além do maior respeito pela complexidade do entrelaçamento de diferentes fatores e condicionantes do processo de evolução de uma sociedade, foram identificados com clareza os efeitos catalisadores que tiveram certos tipos de educação em determinados momentos da história. Enterraram-se as ilusões ingênuas de que qualquer gasto em educação, em qualquer momento, terá efeitos positivos. Mas ficou o impacto de determinadas iniciativas de certeira pontaria no tempo e no espaço.

* O presente ensaio é uma versão modificada do prefácio preparado para o livro do meu avô, Marcos Carneiro de Mendonça, *A Aula de Comércio* (Rio de Janeiro, Fundação Xerox, 1982).

** Secretário-Executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos do Ipea.

Ainda que sob o risco de entrar em controvérsias, poderíamos citar o grande esforço educacional do Japão à época da restauração da dinastia Meiji, a construção da universidade alemã nos padrões propostos por Humbolt, o desenvolvimento das escolas técnicas, também alemãs, ao fim do século XIX, as transformações do ensino secundário norte-americano a partir do princípio do século e por aí afora. Tudo indica que iniciativas como estas tiveram enorme impacto sobre o processo de transformação social subseqüente.

Não é difícil encontrar alguns exemplos no Brasil. É surpreendente o enorme impacto que teve sobre o desenvolvimento industrial do Brasil o modesto número de graduados da Escola de Minas de Ouro Preto, sobretudo na geologia, siderurgia e geração de energia elétrica. Algo semelhante pôde ser observado para os graduados do ITA. Seria também justo citar a contribuição do Senai na formação de uma força de trabalho competente e com as aspirações e valores requeridas pelo processo industrial.

Na história de Portugal identifica-se a criação de uma escola técnica comercial cujas conseqüências parecem haver sido extraordinárias. Em meados do século XVIII, inicia-se em Lisboa a Aula de Comércio. O momento era correto. A idéia de sua operacionalização atendia a uma forte necessidade da sociedade portuguesa.

Remontemos ao século XV. Pela sua competência como navegadores, pela sua superioridade técnica naval – manifesta na cartografia, engenharia naval, artilharia de bordo e arquitetura militar – as armadas portuguesas conquistam o maior império jamais registrado pela história da humanidade, se for medido este tamanho pela extensão das costas ocupadas por esse pequeno país. Se não faltava bravura nos campos de batalha, Portugal jamais esteve bem equipado na tarefa de explorar economicamente os seus domínios. O ímpeto e organização trazidos por Dom Henrique pouco sobrevivem em uma sociedade de mínima tradição comercial. Portugal tinha o perfil para as grandes descobertas e para a conquista militar, mas era particularmente frágil como gerente de um grande império. Dificuldades desta ordem são registradas por Duffy que mostra a decadência da Carreira das Índias já no início do século XVI. Sendo esta expedição bienal tão importante na vida econômica do país, as trágicas deficiências no seu financiamento, organização e gerência ilustram uma fraqueza da sociedade portuguesa que tende a perdurar pelos séculos subseqüentes.

Abala Portugal o ciclo de prosperidade desencadeado no século XVII pelo ouro do Brasil. Este é um período de administrações agressivas e modernizantes, sendo o Gabinete Pombal seu momento mais arrojado e dinâmico e, também, o mais

controvertido. Realinham-se as forças sociais e o equilíbrio da sociedade, com a ascensão da burguesia comercial e a inevitável perda de espaço da aristocracia. Inaugura-se um capitalismo de Estado ambicioso e produtivo. Desponta aqui e acolá o Iluminismo, com a criação de sociedades científicas e a reforma da Universidade de Coimbra. É o grande momento de Portugal, desde o século XV.

Neste cenário surge a Aula de Comércio. É também o cenário por ela modificado. A crônica da época registra a inferioridade dos comerciantes portugueses diante de seus concorrentes ou parceiros ingleses e franceses. Mostra tangível dessa fraqueza era a prática de contratação de estrangeiros para funções contábeis e administrativas das empresas comerciais.

A gênese da criação da Aula de Comércio é curiosa. Tal como no Brasil de hoje, o capitalismo de Estado foi a resposta encontrada para uma falta de iniciativa ou eficácia dos empresários particulares. Nasce daí a motivação para desenvolver a Companhia do Grão Pará e Maranhão. Porém, antes mesmo da decisão oficial de criar estas companhias de comércio, depara-se o governo com a falta de infra-estrutura contábil e organizacional. Ademais, ouve-se logo o protesto de comerciantes que viam seus pequenos monopólios ameaçados. A primeira medida tomada foi desbaratar o instrumento de protestos desses grupos – a Confraria do Espírito Santo da Pedreira – criando-se em substituição uma Junta Comercial como órgão regulador do comércio. Como parte integrante da reestruturação é proposta a Aula de Comércio, que visa capacitar e credenciar o pessoal técnico requerido para o comércio.

O currículo proposto trata de assuntos particularmente concretos. De fato, a ênfase é dada à aritmética; mencionam-se muito claramente as quatro operações e a regra de três. Conversões de pesos e medidas são também tratadas com detalhes, bem como as regras de tarifação, seguro e práticas comerciais. A contabilidade pelo método das partidas dobradas requereu trazer professores da Itália. A caligrafia era parte integrante do curso; belíssimos documentos contábeis da época atestam o êxito nesse particular. Esse currículo era conduzido num prazo de três anos, em regime de quatro horas de aulas diárias. Chama atenção os rigores da disciplina, estando em lei até os procedimentos formais para entrar e sair da sala de aula, bem como a obrigação de encaminhar-se para a escola em linha reta sem paradas ou quaisquer distrações ao longo do caminho.

É de se notar o elevado grau de formalização e estruturação do programa. Na verdade, tratando-se de conhecimentos que em outros países tradicionalmente eram transmitidos por via de aprendizado informal, a Aula de Comércio configura-se

como a primeira escola técnica comercial da Europa. Embora essa afirmativa de Francisco Antonio Correia deva ser tomada com cautela, freqüentemente acontece a países retardatários inovar, como resultado da ausência de soluções anteriores que poderiam bloquear inovações mais radicais, combinadas com a pressa em obter os resultados desejados.

Se examinarmos com cuidado o seu currículo, veremos aí a versão da época para o que hoje são os cursos de administração. Não deve, portanto, surpreender a afirmativa de que o governo tinha uma forte preferência pela contratação de ex-alunos para os seus altos quadros administrativos. Nesse sentido, lembra o papel de formador de quadros administrativos exercido pela École Nacionale d'Administration na França. Tal dimensão não é acidental, pois ao alçar seus ex-alunos para posições de destaque e visibilidade, não apenas confere-se *status* mas, também, legitima-se um tipo de conhecimento pragmático e imediatamente utilizável nas profissões gerenciais.

Podemos ver a Aula de Comércio como uma enérgica política de formação de quadros, bem como uma manifesta intervenção do governo no realinhamento das forças sociais do país.

Seja como for, é pelas conseqüências da Aula de Comércio que lhe atribuímos tamanha importância. Antes de entrar em uma discussão das conseqüências mais diretas, caberia mencionar algumas repercussões sobre a reforma da Universidade de Coimbra. Em que pese a reputação de que esta desfrutava, tratava-se então de uma universidade com fortes marcas escolásticas num período em que as ciências naturais e preocupações mais práticas já haviam chegado a outras universidades européias. Para nos restringirmos a um autor já citado, a obra magna de Adam Smith é coetânea com a criação da Aula de Comércio. A experiência de criar e pôr em funcionamento a Aula de Comércio é inestimável para aqueles que mais adiante se ocuparão de reformar a Universidade de Coimbra. Familiares com um programa de pés tão no chão quanto a Aula de Comércio, não é difícil entender as motivações pragmáticas que presidiram a renovação de Coimbra.

Embora não seja possível reconstruir todas as dimensões daquele momento histórico, parece configurar-se então uma controvérsia entre o mundo da educação e o mundo do trabalho que reaparece a cada momento. Vemos hoje, em muitos países, controvérsia semelhante entre os que defendem um treinamento mais diretamente útil e pragmático, resolvendo problemas concretos e preexistentes e, outros que defendem uma educação que melhor desenvolva os talentos do raciocínio, maior visão de conjunto e, portanto, prepare indiretamente para uma maior

variedade de tarefas. Não cabe tentar resolver tal controvérsia. Cabe, por outro lado, registrar o quanto é útil, hoje como então, denunciar os extremos rasos ou rarefeitos de cada um dos lados. Em particular, para um Portugal que conviveu com séculos de escolasticismo rançoso, é saudável a regra de três, o método das partidas dobradas e a ascensão social daqueles que tais técnicas conheciam. Nada mais bem-vindo do que a prosperidade e visibilidade de pessoas que cursaram um programa onde os estatutos ordenados pelo rei indicam que "se não passe de uma a outras matérias, e ainda dentro delas, de uma a outras partes, sem que em todas haja um geral conhecimento do que já foi ditado".

Empresas mercantis e industriais, posições dentro dos navios, altos postos da administração pública são progressivamente ocupados pela nova classe de "tecnocratas". Mais do que uma solução *ad hoc* para resolver um problema administrativo, há uma intenção deliberada de rearrumar o equilíbrio de forças sociais. É ilustrativo que o rei e o Marquês de Pombal faziam questão de assistir ao exame final da Aula de Comércio. Se Napoleão reclamara ser a Inglaterra uma nação de mercadores, não parecia haver no Gabinete Pombal falta de vontade de dar à emergente burguesia comercial portuguesa competência técnica, poder e, mais adiante, os símbolos de *status* na forma de comendas e outras honrarias. Documentos oficiais da coroa portuguesa chegam a afirmar que possuir bons comerciantes era mais importante do que ter conhecedores das leis ou das manufaturas. Não falta, portanto, deliberação e premeditação na tentativa do Gabinete Pombal de reforçar a competência e o poder político de uma classe emergente de comerciantes e administradores, para cujo aparecimento muito contribuiu a Aula de Comércio.

Torna-se difícil isolar do contexto histórico a contribuição da Aula de Comércio sobre a evolução de Portugal. Não obstante, é interessante notar que cerca de meio século depois, com a vinda de D. João VI, reaparece uma forte preocupação em recriá-las no Brasil. Talvez seja apropriado arrolar a Aula de Comércio como uma das iniciativas de grande impacto sobre o processo de transformação social e econômica do país.